

**Posse e
Propriedade
das Áreas
Remanescentes
de Quilombos
na Ordem
Constitucional**

Marco Aurélio Bezerra de Melo

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Marco Aurélio Bezerra de Melo

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M528p

Melo, Marco Aurélio Bezerra de.

Posse e propriedade dos quilombos na ordem constitucional / Marco
Aurélio Bezerra de Melo. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
244 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 205-226.

ISBN 978-85-519-1292-8



1. Quilombo. 2. Direitos fundamentais. 3. Direito à moradia. 4. Direito
de propriedade. 5. Norma jurídica. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1. Quilombos no Brasil.....	11
1.1 Conceito	11
1.2 Formação dos Quilombos.....	17
1.2.1 Breve referência à constituição de titularidades imobiliárias no Brasil e o acesso à terra do negro livre no período pós-abolição	29
2. Propriedade e Posse na Ótica Constitucional Vigente	59
2.1 Direito Fundamental de Propriedade	59
2.2 Função Social da Propriedade	63
2.2.1 Evolução e Sentido	63
2.2.2 Alcance da propriedade funcionalizada como relação jurídica complexa	84
2.2.3 Função social da posse	90
3. Análise da Norma Constitucional Prevista no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	99
3.1 O Artigo 68 do ADCT como Norma Jurídica de Direito Fundamental Especial	99
3.1.1 Gerações de Direitos Fundamentais	108
3.1.2 Direito à moradia e ao trabalho.....	111
3.1.3 Direito à preservação da cultura e ao multiculturalismo	120
3.2 Eficácia da Norma.....	133
3.3 Ressignificação do Conceito de Remanescentes de Quilombos.....	140

4. Efetividade do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	153
4.1 Introdução	153
4.2 Efetividade da Norma Constitucional Transitória	153
4.3 Objeto	160
4.4 Instrumentos Aptos à Titulação Definitiva do Território Quilombola	164
4.4.1 Aquisição originária da propriedade	165
4.4.2 Imóveis públicos	170
4.4.3 Imóveis registrados em nome de particulares	177
4.4.3.1 Desapropriação	178
4.4.3.2 Demanda judicial dos destinatários diretos da norma constitucional	184
4.4.3.3 Ação meramente declaratória	192
4.4.3.4 Ação demarcatória	193
4.4.3.5 Ação civil pública	195
Conclusão	199
Referências	205